

Um programa para a Presidência

23 JUN 1989
RODOLPHO BERTOLA



eleito em votação direta pelos cerca de 80 milhões de eleitores brasileiros.

Como cidadãos e, principalmente, como empresários, temos a obrigação de colaborar com o eleitor, para que seja possível reverter o quadro de indefinição, pessimismo e desorganização que caracteriza o Brasil. E é nesse sentido que apresento oito sugestões para o programa de ação do novo presidente, a fim de efetuar, na área econômica, um choque de liberdade no País:

1ª) Facilitar investimentos — Há um excesso de capital ocioso na economia brasileira entesourado, aplicado em investimentos especulativos, no financiamento do déficit governamental e, mesmo, desviado para depósitos no Exterior. Para transformar esses recursos em investimentos que gerem riqueza e emprego é preciso, por um lado, criar oportunidade e, por outro, uma anistia fiscal. Isso exige que se inicie a privatização das companhias telefônicas e elétricas, que se abra o capital de todas as empresas estatais, que se coloquem no mercado as ações das companhias petroquímicas hoje detidas pela Petrobrás/Petroquisa. E que se eliminem as restrições atuais aos investimentos privados em serviços públicos — o campo onde há melhores oportunidades para aplicar os recursos ociosos. São decisões simples. Basta que o novo presidente e o Congresso se disponham a adotá-las.

2ª) Prestigiar o profissionalismo — Como é impossível privatizar de repente todas as empresas e órgãos do Estado, o primeiro passo deve ser valorizar os

profissionais existentes nessas entidades, eliminando a nomeação de incompetentes e desonestos, e prestigiando os profissionais de carreira. Retirada a influência negativa dos pequenos interesses políticos, reduzida a centralização excessiva hoje existente e permitida a gestão profissional, grande parte das organizações estatais sai do vermelho ou, pelo menos, começa a ter uma produtividade e uma eficiência compatíveis com o País moderno que desejamos.

Oito sugestões sensatas para o novo presidente

3ª) Aumentar a transparência — Não há nada que justifique a opacidade das contas públicas (e mesmo das particulares). Não só as contas, como os próprios salários dos funcionários públicos, do presidente e dos congressistas ao mais humilde servidor, devem ser divulgados e organizados de forma simples e compreensível para a Nação (sem adicionais, jetons, prêmios, pagamentos de correio etc, que devem ser todos incorporados ao principal). As contas de todas as empresas e órgãos públicos precisam ser divulgadas sem subterfúgios. E qualquer um deve ter direito a consultar os dados do ICM, do IPI e do IR, que não são secretos em nenhum país democrático.

4ª) Fim do CIP — O controle de preços deve ser feito pelo mercado. Como é impossível criar empresas concorrentes em alguns setores oligopolizados e monopolizados da economia brasileira, a competição deve ser feita com produtos importados. Para isso basta eliminar todas as restrições à importação de produtos originários da ALADI, e reduzi-las para os demais países.

5ª) Mudanças nos impostos — A função dos impostos é possibilitar ao Estado a prestação de serviços a toda a sociedade, tirando mais recursos dos que po-

dem mais, e menos, ou nada, da camada mais pobre da população. Com esse objetivo, nos países desenvolvidos a principal fonte de recursos públicos são os impostos diretos, principalmente sobre a pessoa física. No Brasil é o contrário, e se taxam mais os produtos e as empresas, o que aumenta os custos e onera toda a sociedade. A primeira mudança necessária é transformar o IR pessoa física, criando uma sistemática eficaz e simples. Basta taxar a diferença entre quanto ganhou, menos quanto pagou a terceiros, permitindo deduzir todos os gastos comprovados, ou quase todos, o que, por outro lado, desestimula a sonegação.

6ª) Melhorar a Justiça — Com o número de funcionários públicos existentes não se pode admitir que o País tenha uma Justiça tão morosa e ineficiente, que impede o cidadão comum de defender seus direitos e obriga as empresas a longos processos para reaver recursos. É necessário reorganizar o Poder Judiciário e aproveitar funcionários ociosos de outras áreas para eliminar as carências atuais.

7ª, Mudar o sistema de aposentadoria — O IAPAS é um saco sem fundo, mal administrado, ineficiente, que onera o setor produtivo, sacrifica o empregado e desperdiça os recursos de todos. Não há nenhum sentido na sua existência na forma atual, e muito menos na obrigatoriedade do recolhimento compulsório. Deve ser exigido que cada cidadão tenha sua caderneta de aposentadoria, mas com direito de optar entre uma das empresas de previdência privada ou a alternativa estatal.

8ª) Descentralizar recursos — Da mesma forma que no caso da aposentadoria também os recursos para educação e saúde devem ser descentralizados, a fim de diminuir o desperdício e a ineficiência. Os planos de saúde, hoje entregues ao INPS, devem ter a possibilidade de alternativas diretas, por decisão das empresas e seus colaboradores, em conjunto com entidades médicas. E onde isso não for possível, os recursos devem ser entregues aos municípios ou aos estados, o mesmo ocorrendo na área da educação. Quanto mais próximos dos usuários ficarem os recursos, mais fácil controlá-los.

Não são as únicas sugestões que tenho, mas são oito pontos que os presidentiáveis podem incorporar ao seu programa para facilitar a recuperação econômica do País.

□ Rodolpho Bertola é diretor e membro do Conselho de Administração do Grupo Brasmotor e diretor-superintendente da Embraco — Empresa Brasileira de Compressores S/A.

